



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo nº 8520215-63.2017.8.06.0000

Assunto: Análise acerca da possibilidade de contratação direta, por dispensa de licitação, do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE) para a prestação de serviços técnico-especializados relativos à organização e realização de concurso público, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

PARECER

Em evidência, o processo administrativo acima identificado, o qual foi encaminhado a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação acerca da possibilidade de contratação direta, por dispensa de licitação, do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE) para a prestação de serviços técnico-especializados relativos à organização e realização de concurso público, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, cumpre registrar que o âmbito de análise deste parecer se restringe apenas aos aspectos legais da questão em tela, pois não cabe a esta Consultoria Jurídica adentrar nos aspectos técnicos, econômicos, de conveniência ou oportunidade, próprios do Administrador Público.

DA CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM FULCRO NO ART. 24, XIII, DA LEI Nº 8.666/93.

Como se sabe, a regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, nos termos do art. 37, inciso XXI, da CF/88, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte”

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

Nota-se, contudo, que a própria CF/88 atribuiu competência ao legislador ordinário para definir hipóteses excepcionais em que se faz possível a contratação direta pela Administração Pública, sem prévia licitação.

Nesse sentido, regulamentando a ressalva contida na primeira parte do inciso XXI do art. 37 da CF/88, a Lei nº 8.666/93 estabelece, expressamente, em seus arts. 24 e 25, os casos em que a licitação é dispensável, embora possível, ou inexigível, por inviabilidade de competição no mercado.

No presente caso, como visto acima, sustenta-se a possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE

EVENTOS (CEBRASPE) para a prestação de serviços técnico-especializados relativos à organização e realização de concurso público para o provimento de cargos de Juiz Substituto do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

XIII na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos

A partir da leitura de referido dispositivo legal, depreende-se, sem maior esforço, que são 03 (três) os requisitos que devem estar presentes no caso concreto, para a incidência dessa hipótese de dispensa de licitação, a saber:

a) a instituição a ser contratada deve ter por finalidade – prevista no seu regimento ou estatuto – pesquisa, ensino desenvolvimento institucional ou recuperação social do preso. Não basta, porém, que exista uma previsão genérica no estatuto ou no regimento. Deve haver um nexo efetivo entre a contratação pretendida e a *expertise* da instituição a ser contratada, que confira racionalidade e congruência à sua escolha pela Administração Pública¹,

b) a instituição a ser contratada deve ter inquestionável reputação ético-profissional no seu ramo de atuação, evidenciando a sua capacidade técnica para o perfeito cumprimento do contrato, e

c) a instituição a ser contratada não deve ter fins lucrativos.

Presentes tais requisitos, abre-se a possibilidade de contratação direta pela Administração Pública, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, ainda que, no caso concreto, exista viabilidade de competição.

¹ *Sumula nº 250 do Tribunal de Contas da União: “A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição, além da comprovada compatibilidade com os preços de mercado”*

DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DIRETA, MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE INSTITUIÇÃO QUALIFICADA NA FORMA DO ART. 24, XIII, DA LEI Nº 8.666/93, PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

Atualmente, admite-se a possibilidade de contratação direta, mediante dispensa de licitação, de instituição qualificada na forma do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, para a realização de concurso público, ainda que, no caso concreto, exista viabilidade de competição.

A esse respeito, merece destaque o enunciado da súmula nº 287 do Tribunal de Contas da União, vazado nos seguintes termos:

Súmula nº 287 do TCU: É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado

Com efeito, é sim possível a contratação direta de instituição sem fins lucrativos, para a realização de concurso público, levando-se em conta certas circunstâncias que recomendem a dispensa de licitação *in concreto*.

Ao discorrer sobre o tema, Jorge Ulisses Jacoby² ensina que:

A complexidade do serviço, em extensão e infraestrutura, somada a fatores como segurança da informação, evidenciam a necessidade de restringir a competição a empresas e instituições com experiência exitosa anterior.

É de todo importante que a Administração Pública dê a devida transparência ao processo de contratação direta, demonstrando o atendimento de todos os requisitos estabelecidos na lei para a dispensa da licitação nesse caso.

Pois bem. Examinando a documentação acostada aos autos pela

2 JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. *Contratação direta sem licitação: dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação: comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão, procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta*, 9 ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 415.

Comissão do Concurso Público, verifica-se que o CEBRASPE preenche tais requisitos legais, uma vez que se trata de entidade brasileira, de natureza privada e sem fins lucrativos, detentora de inquestionável reputação ético-profissional, e que tem, entre suas finalidades estatutárias, o fomento e a promoção do ensino e da pesquisa científica, e o desenvolvimento tecnológico e institucional.

Daí por que, a nosso ver, sua contratação, por dispensa de licitação, para a prestação de serviços técnico-especializados relativos à organização e realização de concurso público, encontra, *a priori*, amparo legal no retrocitado art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93

DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO A SER CONTRATADA E DO PREÇO POR ESTA OFERTADO.

Para a formalização da hipótese de contratação direta em tablado, deve a Administração Pública observar ainda, no que couber, o disposto no art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, fazendo constar nos autos:

a) A razão da escolha da instituição a ser contratada, a qual, ainda que dotada de discricionariedade, deverá sempre estar balizada pelos princípios constitucionais que informam a atuação da Administração Pública; e

b) Justificativa do preço contratado, o qual deverá estar compatível com a média praticada no mercado³.

Desincumbindo-se de tal dever, a Comissão do Concurso Público cuidou de demonstrar a compatibilidade da proposta apresentada pelo CEBRASPE com a média de mercado, e que a sua escolha se deve ao fato de ser, entre as entidades que atenderam todas as exigências feitas para contratar com o TJ/CE, a que demonstrou possuir maior *expertise* para a organização e realização de concurso público na área da magistratura, senão leia-se:

³ *A pesquisa de preços no mercado deve ser a mais ampla possível de forma a possibilitar que a Administração possa optar pelo preço mais vantajoso em termos econômicos. Não há legalmente um número mínimo de orçamentos que devem instruir o processo de contratação. Há, sim, uma recomendação dos órgãos de controle em relação ao número mínimo de três orçamentos, que deve ser acatada, sempre que possível. (Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba; Zênite, n. 89 p. 600, Jul. 2001, seção perguntas e respostas).*

Inicialmente cumpre esclarecer que a 3ª Etapa do Concurso – Sindicância de Vida Progressiva e Investigação Social será de responsabilidade do Tribunal de Justiça do Ceará. Além disso, observa-se que apenas o Instituto Mais e o Cebraspe dispõem de corpo técnico qualificado para a realização dos Exames de Sanidade Física e Mental Psicotécnico, de tal modo que, em contratando a FCC, restaria ao Tribunal a responsabilidade pela realização dessa etapa do concurso diretamente ou por meio da contratação de outra entidade, o que importaria, por óbvio, no aumento do custo para realização do certame.

Nessa perspectiva, verifica-se uma certa distorção no preço apresentado por essa fundação, haja vista a realização de mencionada fase pelos outros concorrentes e a diferença de preço equivalente a R\$ 405.190,29 (quatrocentos e cinco mil, cento e noventa reais e vinte e nove centavos) em relação ao Cebraspe e R\$ 605.441,00 (seiscentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais) em relação ao Instituto Mais.

No que tange à distinção de preços apresentada pelo Instituto Mais em relação ao Cebraspe da ordem de R\$ 200.250,71 (duzentos mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e um centavos), é necessário observar que este prevê a inclusão, sem custos adicionais, de candidatos sub judice nas etapas dos concursos de sua responsabilidade, quando tal fato decorrer de falha na execução do serviço imputada exclusivamente a ele.

Ademais, no que concerne à expertise, é forçoso reconhecer que o Cebraspe demonstrou a realização de diversos exames de cunho nacional nos últimos cinco anos, inclusive vários para a magistratura de outros Tribunais de Justiça do país, enquanto que o Instituto Mais nunca foi contratado para realização de exame em âmbito nacional nem relacionados à magistratura, restringindo-se a concursos em âmbito estadual e, principalmente, de Prefeituras.

Além disso, verifica-se que, no que concerne aos procedimentos de segurança para aplicação e julgamento das provas, o Cebraspe apresentou infraestrutura e técnica bastante superiores aos demonstrados pelo Instituto Mais, o que é indispensável para a manutenção da lisura do certame.

Desse modo, tendo em vista as distinções apresentadas neste documento, no tocante à técnica, expertise necessária e aos preços apresentados pelas concorrentes para realizar o certame, sugere-se que o Cebraspe seja o instituto contratado para tal fim.

À luz de tais considerações, temos, portanto, que o processo de dispensa de licitação *sub examine* obedece todas as formalidades legais cabíveis

na espécie, em especial aquelas de que trata o art. 26 da Lei nº 8.666/93.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, opinamos pela inexistência de óbice legal à contratação direta, por dispensa de licitação, do CEBRASPE para a prestação de serviços técnico-especializados relativos à organização e realização de concurso público para o provimento de cargos de Juiz Substituto do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, desde que atendidas as recomendações feitas neste parecer.

Deve-se destacar que a área técnica poderá discordar dos posicionamentos ora externados, apresentando motivos plausíveis para tanto, até mesmo sem a necessidade de retorno dos autos a esta Consultoria Jurídica.

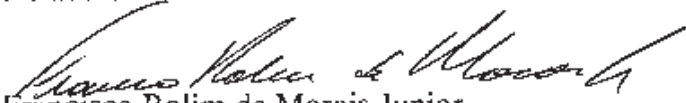
Sugerimos, por conseguinte, a remessa dos autos à Presidência do TJ/CE, para ciência e providências que entender cabíveis.

À superior consideração.

Fortaleza, 9 de novembro de 2017


Alexandre Diogo de Saboya Cruz
Assessor Jurídico

De acordo. À douta Presidência.


Francisco Rolim de Moraes Junior
Consultor Jurídico



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo nº 8520215-63.2017.8.06.0000

Assunto: Contratação direta, por dispensa de licitação, do CEBRASPE para a prestação de serviços técnico-especializados relativos à organização e realização de concurso público, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

DECISÃO

Aprovo o parecer de fls. retro, que passa a integrar esta decisão, ao tempo em que ratifico os atos praticados pela Comissão do Concurso Público e autorizo o prosseguimento do processo de contratação, por dispensa de licitação, do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE), para organização e realização de concurso público, visando o provimento de cargos de Juiz Substituto do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

À CCCC para providências cabíveis.

Exp. nec.

Fortaleza/CE, 9 de novembro de 2017


Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará